



# Prefeitura Municipal de Carambeí

C.N.P.J. (M.F.) 01.613.765/0001-60

Rua das Águas Marinhas, 450 – Fone (042) 3915-1000 – CEP 84145-000 – Carambeí - Paraná

CÂMARA MUNICIPAL  
Secretaria

Protocolado sob nº 060/2010

Em 21 / 07 / 2010

PROJETO DE LEI Nº 060 /2010

Rejeitado por Unanimidade  
Em 03 / 09 / 2010  
2º Secretário

**SÚMULA: Promove alterações na Lei 712/09, na forma que especifica:**

A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal de Carambeí, sanciono a seguinte:

## LEI

**Art. 1º** - Fica alterado o art. 4º, da Lei 712/09, conforme segue:

**“Art. 4º** - Fica criado o cargo de Provimento em Comissão denominado Assessor do Departamento Regulador de Águas e Saneamento Ambiental.

Parágrafo Único – Em decorrência da presente Lei, o art. 28 da Lei nº 001, de 02/01/1997, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 28.....

| NÚMERO | DENOMINAÇÃO  | SÍMBOLO | VENCIMENTOS   |
|--------|--|---------|---------------|
| 01     | Assessor do Departamento Regulador de Águas e Saneamento Ambiental | AD      | R\$ 2.926,00. |

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carambeí, em 14 de Julho de 2010.

SEGUNDA VOTAÇÃO  
APROVADO POR

Em 14 de Setembro de 2010

OSMAR RICKLI

PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRA VOTAÇÃO  
APROVADO POR

Em 03 de Setembro de 2010





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

C.G.C. (M.F.) 01.613.765/0001-60

Rua das Águas Marinhas, 450 - Fone (042) 3915-1000 - CEP 84145-000 - Carambeí - Paraná

PROJETO DE LEI Nº <sup>669</sup>2010

## JUSTIFICATIVA

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES**

Venho por meio deste apresentar projeto de lei para apreciação dos nobres membros do Poder Legislativo, a alteração da Lei 712/09 que altera as Leis 001/97, 168/2001, 171/2001, 448/06 e 664/09.

A Lei 712/09 criou o cargo de Provimento em Comissão denominado assessor do Departamento Regulador de Águas e Saneamento Ambiental e determinou que o ocupante do cargo criado deveria ter formação acadêmica em Engenharia Ambiental, Geologia, Química ou Ciências Biológicas.

Ocorre que a Constituição Federal em seu art. 37 II, determina que as nomeações para os cargos em comissão declarados em lei, são de livre nomeação e exoneração e destinam-se apenas as atribuições de direção, chefia e assessoramento não podendo ser destinado a cargos técnicos, portanto a necessidade de suprimir o Parágrafo Primeiro do Artigo 4º da Lei 712/09, o qual impunha qualidades técnicas para o cargo comissionado de Assessor do Departamento Regulador de Águas e Saneamento Ambiental.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
EM 15 DE JULHO DE 2010.**

**OSMAR RICKLI**  
PREFEITO MUNICIPAL





# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná  
C.N.P.J. 01 .613 .766/0001-04 e-mail: camaracarambeí@br10.com.br

1

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 060/2010

**Súmula:** Promove alterações na Lei 712/2009, na forma que especifica.

**Autor:** PODER EXECUTIVO

O Chefe do Poder Executivo Municipal submete à apreciação desta Colenda Câmara, Projeto de Lei epigrafoado que “*Promove alterações na Lei 712/2009, na forma que especifica*”.

Conforme se depreende da justificativa que acompanha a Proposição em análise, o Chefe do Poder Executivo Municipal assinala, em síntese, que “*Em razão da criação do cargo de Provimento em Comissão denominado assessor do Departamento Regulador de Águas e Saneamento Ambiental através da Lei 712/09 com determinação de que o ocupante possua formação acadêmica específica bem como o art. 37 II da C.F. que determina que os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, faz-se necessário suprir o Parágrafo primeiro do art. 4º, o qual impunha qualidades técnicas para o cargo comissionado*”.

O art. 7º da Lei Orgânica do Município dispõe que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, bem como organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único de seus funcionários.

Por sua vez, o inciso II, do art. 32, do mesmo diploma legal, menciona que compete ao Prefeito Municipal privativamente a iniciativa das leis que versem sobre a criação de cargos, empregos e funções da administração direta e Autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração.

Com estes fundamentos, a Proposição em exame está revestida dos critérios exigidos no tocante a constitucionalidade e legalidade, manifestando-se, esta **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, pela **admissibilidade** do Projeto de Lei nº 060/2010, reservando-se o direito de opinar sobre o mérito por ocasião de sua deliberação pelo Soberano Plenário.

SALA DAS COMISSÕES, em 03 de setembro de 2010.

  
Vereador VANDERLEI TADEU ANDRUSK RODRIGUES

Presidente

  
Vereador PEDRO IVO BUENO

Membro

  
Vereador ALCINDO DE JESUS VALENGA

Membro





# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná  
C.N.P.J. 01.613.766/0001-04 e-mail: camaracarambei@br10.com.br

1

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 060/2010

**Súmula:** Promove alterações na Lei 712/2009, na forma que especifica.

**Autor:** PODER EXECUTIVO

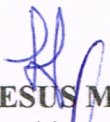
O Chefe do Poder Executivo Municipal submete à apreciação desta Colenda Câmara, Projeto de Lei epigrafoado que *“Promove alterações na Lei 712/2009, na forma que especifica”*.

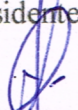
Regularmente despachado para a leitura, o Projeto de Lei, que ao ser autuado na Secretaria da Câmara Municipal recebeu o nº 060/2010, vem à esta Comissão Permanente a que compete a análise de mérito, conformidade com a Lei Orgânica do Município e o contido no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme se infere da justificativa que acompanha a Proposição em análise, o Chefe do Poder Executivo Municipal assinala, em síntese, que *“Em razão da criação do cargo de Provimento em Comissão denominado assessor do Departamento Regulador de Águas e Saneamento Ambiental através da Lei 712/09 com determinação de que o ocupante possua formação acadêmica específica bem como o art. 37 II da C.F. que determina que os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, faz-se necessário suprir o Parágrafo primeiro do art. 4º, o qual impunha qualidades técnicas para o cargo comissionado.*

Por essas razões, a **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, reunida nesta data, manifesta-se pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 060/2010.

SALA DAS COMISSÕES, em 03 de setembro de 2010.

  
**Vereador LOURDES DE JESUS MADUREIRA FERREIRA**  
Presidente

  
**Vereador ILSON HEGLER PEDROSO DE OLIVEIRA**  
Membro

  
**Vereador INÁCIO POVAZ FILHO**  
Membro